

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	09/02/2019



SALDO SUPERAVITÁRIO

Vendas de soja e de ouro elevam exportações de Roraima

Por CYNEIDA CORREIA

Em 09/02/2019 às 09:00



Soja é considerada o ouro do lavrado (Foto: Tadeu Vilani /Agência RBS)

Segundo a Divisão de Estudos e Pesquisas (Diep) da Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais (CGEES), as exportações de produtos roraimenses foram de US\$ 8,5 milhões em janeiro deste ano, o que representa um aumento de 834% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Este aumento se deve às altas receitas advindas da venda de apenas dois produtos: a soja, com exportações para a China de mais de 11 mil toneladas, o que gerou uma receita de aproximadamente US\$ 4 milhões, e o ouro, com vendas para a Índia de 57 quilos deste metal precioso, gerando receita de US\$ 2,9 milhões.

Outros produtos que se destacam na pauta da exportação são os gêneros alimentícios e de higiene pessoal destinados à Venezuela. O país vizinho adquiriu em janeiro US\$ 1,6 milhão de mercadorias roraimenses.



As importações também apresentaram um crescimento acentuado no mês de janeiro, totalizando aproximadamente US\$ 2,8 milhões, o que representa um aumento de 54%. Comparando com os meses dos anos anteriores, este foi o segundo maior valor de importação para um único mês, ficando atrás apenas de maio de 2009, quando as importações totalizaram cerca de US\$ 5,2 milhões.

Assim como aconteceu em maio de 2009, a importação acentuada em janeiro deste ano se deve à compra de uma aeronave vinda dos Estados Unidos no valor de aproximadamente US\$ 2,3 milhões.

Outros produtos que se destacam na pauta de importação são partes e acessórios de veículos, centrais de ar-condicionado, pneus, e eletroeletrônicos vindos da China que somam juntos mais de US\$ 319 mil.

O saldo da balança comercial de Roraima, que é a diferença entre as exportações e as importações num mesmo período, ficou superavitário em US\$ 5,8 milhões. (C.C.)

https://www.folhabv.com.br/noticia/Vendas-de-soja-e-de-ouro-elevam-exportacoes-de-Roraima/49699



VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	09/02/2019



POLÍTICA E TRANSPARÊNCIA

Boa governança parte da união de esforços, diz ministro

Por CYNEIDA CORREIA

Em 12/02/2019 às 00:45



Palestra com ministro do TCU, Augusto Nardes, contou com a presença de secretários do governo do Estado (Foto: Priscilla Torres/Folha BV)

Em visita a Roraima ontem, 11, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, reafirmou que somente a união de esforços entre os Poderes fará com que a aplicação da boa governança livre os Estados e municípios da crise. O assunto foi o tema principal da palestra "Controle Interno dos Municípios de Roraima", realizado pela manhã no auditório da Secretaria do TCU, no bairro São Pedro.

"Hoje, a sociedade não dispõe de um atendimento de saúde adequado, nem de segurança de qualidade, e isso ocorre em vários pontos do País, porque não há uma boa governança por parte dos gestores nem sintonia entre Estados, municípios e União. A tese da governança é que ela tenha uma sinergia, ou seja, que todos trabalhem em



conjunto. O novo governo quer que haja a descentralização de recursos, mas é preciso que se tenha um planejamento de todas as ações", destacou Nardes.

O ministro ressaltou ainda que a sociedade também deve participar da tomada de decisões para a aplicação correta dos recursos, visando ao desenvolvimento de sua comunidade.

"Nós criamos indicadores em todo o Brasil, nós sabemos onde tem resultados bons e ruins. Os pais, as famílias fazem a boa governança dos filhos, para direcionar a eles uma boa educação, dar a proteção necessária para que se tornem bons cidadãos. Essa preocupação também tem que se fazer presente no desenvolvimento do Estado. Essa incapacidade dos governantes em lidar com a crise também, em parte, é culpa da sociedade, que aceitou isso de forma passiva. É necessário que haja uma mudança de comportamento", completou.

Segundo a metodologia do ministro Augusto Nardes, entre os desafios para o desenvolvimento do Estado, estão a responsabilidade fiscal, estabilidade monetária, educação, pesquisa e inovação, infraestrutura, inclusão social e regional, e a racionalização do gasto público.

Para se fazer uma boa governança, o ministro reiterou que é necessário ter produtividade, desenvolvimento e melhores políticas para a saúde, educação, segurança e acessibilidade urbana.

Além de servidores do TCU e da Controladoria-Geral da União (CGU), o evento também contou com a presença do governador de Roraima, Antonio Denarium, e do vicegovernador, Frutuoso Lins.

"É uma ação bastante oportuna e que chama para os gestores a necessidade de ter a responsabilidade com dinheiro público. Temos que ter transparência e credibilidade na otimização dos recursos, e cobrar dos servidores públicos uma atenção maior para que essas medidas se revertam em resultado para a sociedade", salientou Denarium. (C.C.)

https://www.folhabv.com.br/noticia/Boa-governanca-parte-da-uniao-de-esforcos--diz-ministro/49796



VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site G1 (https://g1.globo.com)	Brasil	Economia	11/02/2019



Balança comercial registra superávit de US\$ 1,06 bilhão na parcial de fevereiro

Resultado foi divulgado nesta segunda (11) pelo Ministério da Economia. De acordo com o governo, exportações somaram US\$ 4,8 bilhões e importações, US\$ 3,7 bilhões.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

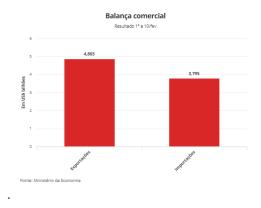
11/02/2019 15h11 Atualizado há 19 horas

O Ministério da Economia informou nesta segunda-feira (11) que a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,06 bilhão nas duas primeiras semanas de fevereiro.

Quando as exportações superam as importações, o resultado é de superávit. Quando acontece o contrário, o resultado é de déficit.

De acordo com o governo federal, na parcial de fevereiro, as exportações somaram US\$ 4,865 bilhões (queda de 16,2% na comparação com fevereiro de 2018). As importações, ainda segundo o governo, totalizaram US\$ 3,795 bilhões (queda de 21% na mesma comparação).

Nas exportações, houve queda nas vendas de produtos manufaturados (-27,5%) e semimanufaturados (-12,1%). Já as exportações de produtos básicos cresceram 0,6%





Nas importações, recuaram os gastos com combustíveis e lubrificantes (-38%), veículos automóveis e partes (-26,6%), instrumentos médicos de ótica e precisão (-16,3%), equipamentos mecânicos (-6,2%) e equipamentos eletroeletrônicos (-4,9%).

Parcial do ano

De acordo com o governo federal, no acumulado de 2019, até 10 de fevereiro, a balança comercial registrou superávit de US\$ 3,262 bilhões.

O saldo positivo, contudo, é 40,1% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 5,448 bilhões).

No acumulado deste ano, as exportações somaram US\$ 23,444 bilhões, com média diária de US\$ 837 milhões (queda de 0,3% sobre o mesmo período do ano passado).

As importações totalizaram US\$ 20,182 bilhões no acumulado de 2019, ou US\$ 720 milhões por dia útil (aumento de 10,6% em relação ao mesmo período de 2018).

Resultado da balança

No ano passado, a balança comercial registrou superávit de US\$ 58,3 bilhões.

Com isso, o saldo positivo, assegurado principalmente pela exportação de produtos básicos, ficou 13% abaixo do de 2017.

A expectativa do mercado financeiro para este ano é de nova queda do saldo comercial. Segundo pesquisa realizada pelo Banco Central na semana passada, a previsão para 2019 é de um saldo positivo de US\$ 51 bilhões nas transações comerciais do país com o exterior.

O Banco Central, por sua vez, prevê um superávit da balança comercial de US\$ 38 bilhões para este ano, com exportações em US\$ 250 bilhões e importações no valor de US\$ 212 bilhões.

Para a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o superávit da balança comercial será menor ainda neste ano: de US\$ 32 bilhões.

https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/11/balanca-comercial-tem-superavit-de-us-106-bilhao-no-inicio-de-fevereiro.ghtml



VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Canal Energia (https://www.canalenergia.com.br)	Brasil	Notícias	11/02/2019

CanalEnergia.com.br

EXPANSÃOPLANEJAMENTO - 11 de fevereiro de 2019

Comissão quer marco regulatório para eólicas offshore já em 2019

Iniciativa liderada pelo Cerne elabora estudo sobre tema que deve ser apresentado no fim do primeiro semestre

A Comissão Executiva para a Promoção e a Regulamentação do Offshore Eólico Brasileiro, iniciativa coordenada pelo Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia, realizou na última sexta-feira, 1º de fevereiro, uma reunião para discutir a elaboração de um estudo que visa a criação de um marco regulatório para a exploração de eólicas offshore no Brasil. A discussão é de caráter multi-institucional, e reúne empresas e centros de pesquisa de todo o Brasil. De acordo com o Diretor de eólicas do Cerne e presidente em exercício da entidade, Darlan Santos, a comissão possibilita equalizar as informações para todo o setor. A intenção é aliar as melhores práticas aplicadas no mundo, além de sugerir um modelo regulatório para o setor no Brasil.

A previsão é que o documento, que vai ser preparado pela comissão do Cerne, seja publicado até o fim do primeiro semestre de 2019. A partir desse estudo, deve ser criado um Projeto de Lei contendo modelos de comercialização, processo de licenciamento ambiental, conexão das usinas e concessões de áreas marítima. As usinas eólicas instaladas em alto mar já são realidade em países da Europa e Ásia. No Brasil, a fonte esbarra nos custos e na falta de regulação específica. Entretanto, a grande e rasa plataforma continental do país, que se estende até 40 km de distância ao longo dos 9.000 km de costa com profundidades de 8 a 12 metros, tem atraído os olhares para o potencial desenvolvimento do setor.

Segundo o Gerente de Negócios em Energias Renováveis da Petrobras, Clóvis Neto, o potencial offshore é muito expressivo e a companhia se beneficia de sua experiência em exploração e produção de petróleo offshore para participar desse processo. Ele conta que os litorais do Rio Grande do Norte e do Ceará contam com uma vasta área com profundidades inferiores a 50 metros. Essa condição permitiria a utilização de subestruturas mais simples para a geração eólica offshore.

Estudos técnicos já estão sendo realizados para medir a viabilidade e o potencial energético offshore no Brasil. De acordo com o professor e pesquisador do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, Sylvester Stallone, com base em possíveis cenários,



pode-se estimar cerca de 3,4 TW de capacidade instalada. Apesar dos atuais custos elevados, os últimos resultados de leilões offshore na Europa atingiram valores de R\$ 180,20 por MW/h. A análise desse cenário indicaria a possibilidade de que no Brasil se atingiria valores próximos a R\$ 195,00 por MW/h em 2027, sendo esse valor equiparado a outras fontes de energia no Brasil.

O coordenador de Energias Renováveis da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do RN, Hugo Fonseca, frisou durante a reunião que o processo de medição dos futuros projetos de eólica offshore deve acontecer junto com o processo de zoneamento. Esse mecanismo oferece maior segurança jurídica, ambiental e regulatória. Segundo ele, os estados precisam ter participação ativa nesse processo, por que isso envolve questões socioambientais e turísticas locais. Participaram da reunião representantes da ABEEólica, UFRN, USP, Instituto Senai de Inovação, Iberdrola, Ecocil, Equinor Brasil, Ambipetro, Madronalaw Advocacia, Acadis, Usina Asa Branca, Bio Energia.

https://www.canalenergia.com.br/noticias/53090007/comissao-quer-marco-regulatorio-para-eolicas-offshore-ja-em-2019



VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Migalhas (https://www.migalhas.com.br)	Brasil	Notícias	12/02/2019



Sistema S

PGR instaura procedimento para acompanhar execução orçamentária do Sistema S

Notícia foi encaminhada ao TCU, que auditou a arrecadação e aplicação de recursos pelas entidades.

segunda-feira, 11 de fevereiro de 2019



A PGR Raquel Dodge encaminhou ofício ao TCU em que informa a instauração de um procedimento com o objetivo de acompanhar, no âmbito do MPF, os desdobramentos de auditoria feita pela Corte de Contas sobre a arrecadação e aplicação de recursos pelas entidades que integram o chamado Sistema S. A medida é considerada fundamental, uma vez que as instituições de controle não têm, de forma sistematizada, histórico de informações que permitam o acompanhamento da aplicação de "vultosos" recursos públicos destinados às entidades que integram o sistema.



A PGR destaca que as regras de transparência da informação sobre a arrecadação e os gastos dos recursos públicos estão previstas na Constituição.

"As entidades do Sistema S são beneficiárias das arrecadações denominadas parafiscais, desde o período que antecede a própria Constituição. Apenas em 2016 foi definido um marco regulatório de controle de auditoria para determinação de critérios de transparência da informação e, mesmo assim, até os dias atuais ainda foram verificadas falhas na execução dessas recomendações."

Endereçado ao ministro Augusto Sherman, relator do processo no TCU, o documento origina-se de procedimento instaurado na PGR a partir de representação do exsenador Ataídes Oliveira. O ex-parlamentar, que presidiu a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado, pediu a adoção de providências a partir do resultado de auditoria operacional realizada pelo próprio TCU nas entidades do Sistema S, em 2015 e 2016.

A PGR destaca que a análise do conteúdo revelou que foi a primeira vez que o TCU realizou um levantamento completo para obter e avaliar dados das entidades do setor – sobre receitas, despesas, demonstrações contábeis, contratos, transparência, disponibilidade financeira e outros aspectos. Os dados colhidos evidenciaram que a maior parte dos valores arrecadados e destinados às entidades que constituem os serviços sociais autônomos tem origem pública, do recolhimento de tributos. Foram R\$ 22 bilhões em 2015 e R\$ 21,2 bilhões em 2016, o que representa 64,39% do orçamento total do sistema no biênio.

Raquel Dodge argumenta que a natureza privada das entidades beneficiárias desses recursos não é um impedimento à aplicação das regras de controle orçamentário e financeiro. Vale destacar que, para o financiamento das atividades do Sistema S, foi criado um conjunto de contribuições parafiscais instituídas por diferentes leis. Em geral, essas contribuições incidem sobre a folha de salários das empresas pertencentes à categoria profissional correspondente. Além disso, as receitas dos subsídios são arrecadadas, em grande parte, pela Receita Federal, que repassa os recursos às entidades. Existem ainda algumas que arrecadam as contribuições diretamente.

A avaliação da PGR é de que a fiscalização é essencial "sob pena de a sociedade não ter o devido esclarecimento e acompanhamento da gestão de recursos de natureza essencialmente pública, arrecadados de forma compulsória pelos sujeitos passivos dessa obrigação tributária". No ofício encaminhado ao TCU, Raquel Dodge também enfatiza a necessidade de se analisar a forma de arrecadação direta. O entendimento é de que esse modelo gera insegurança sobre o efetivo e real montante de recursos arrecadados sob a forma de contribuição compulsória.

A PGR determinou o envio da Notícia de Fato com o relatório produzido pelo TCU à 1^a e à 5^a Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral e Combate à Corrupção,



respectivamente). Cada uma das áreas poderá acompanhar os desdobramentos da auditoria do TCU e adotar as providências cabíveis.

Ao encaminhar o procedimento, Raquel Dodge destacou que o TCU identificou irregularidades, como o fato de demonstrações contábeis de algumas entidades não serem devidamente certificadas por auditoria interna ou externa. As entidades não estariam registrando adequadamente suas disponibilidades financeiras e não mantêm registros das transferências para as federações e as confederações, nem para outras entidades com finalidades diversas. Outra inconsistência é que as instituições integrantes do sistema S possuem uma quantidade considerável de bens imóveis que não são utilizados em suas atividades-fim.

Também foi constatado que as entidades do setor têm um valor elevado de recursos mantidos em investimentos financeiros e não utilizados nas atividades finalísticas. Além disso, na análise da remuneração dos empregados e dirigentes do sistema S, os levantamentos demonstram fortes indicativos de que os salários pagos estão acima dos valores de mercado.

Raquel Dodge salienta que, embora haja indicativos de irregularidade, o relatóriodiagnóstico produzido pelo TCU não contém informações suficientes para fundamentar o início de investigações na esfera criminal de atribuição da PGR. Diante do quadro, a PGR considera que os fatos demandam uma atuação coordenada entre o MPF e o TCU para que sejam supridas todas as lacunas e falhas formais e materiais apontadas no relatório.

https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI296063,51045-PGR+instaura+procedimento+para+acompanhar+execucao+orcamentaria+ do



VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site UOL (https://economia.uol.com.br)	Brasil	Economia	12/02/2019



China diz que suas exportações e importações cresceram em janeiro

Pequim 12/02/2019 04h25

As exportações e importações da China se expandiram em janeiro e Pequim está confiante de que o comércio externo do país irá se estabilizar, apesar dos crescentes obstáculos em meio à desaceleração da economia global e incertezas relacionadas às negociações comerciais com os Estados Unidos, afirmou hoje Chu Shijia, um alto funcionário do Ministério de Comércio chinês. Dados preliminares do ministério mostram que o comércio externo da China cresceu no mês passado, de acordo com Chu. Os números oficiais vão ser divulgados na madrugada de quinta-feira (14).

Em dezembro, as exportações chinesa sofreram queda anual de 4,4% e as importações caíram 7,6% na mesma comparação. Economistas consultados pelo Wall Street Journal estimam que as exportações da China recuaram 4,1% no confronto anual de janeiro e que as importações sofreram redução de 11%

Wang Bing, supervisor de mercados do Ministério, disse esperar que o avanço no consumo da China desacelere mais em 2019, depois de a fraca demanda por carros pesar nas vendas do setor varejista no ano passado.

Fonte: Dow Jones Newswires.

https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/02/12/china-diz-que-suas-exportacoes-e-importacoes-cresceram-em-janeiro.htm